

Forum Técnico III - Plano de Atendimento à

Categorias

bloco	categoria	subcategoria
1. O empreendimento em geral	1.1. Materialização do empreendimento	
	1.2. Justificativa do empreendimento	
	1.3. Cronograma do empreendimento	
2. Aspectos técnicos do projeto	2.1. Cota do reservatório	
	2.2. Trecho de vazão controlada	
	2.3. Outros	

3. Licenciamento ambiental

3.1. EIA-Rima e outros estudos

	3.2. Cronograma do Licenciamento	
	4.1. Ecossistemas terrestres	4.1.1. Vegetação
		4.1.2. Fauna
		4.1.3. Áreas Alteradas
	4.2. Ecossistemas aquáticos	4.2.1. Ictiofauna
		4.2.2. Quantidade e qualidade da água
		4.2.3. Formação do reservatório

4.3.1. Alterações das condições de vida da população

4.3.2. Alteração das condições de vida da população indígena

4.3.3. Alteração da oferta de emprego/trabalho

4.3.4. Alteração na infra-estrutura e acessibilidade

**4. Impactos do
empreendimento na
região**

**4.3. Aspectos
socioeconômicos e**

.....
culturais

4.3.5. Tratamento do
remanejamento
compulsório da
população

		5.1.1. Dinâmica das atividades de comunicação e interação social

<p>5. Relacionamento com a sociedade</p>	<p>5.1. Demandas por informações</p>	<p>5.1.2. Transparência e qualidade do diálogo com a sociedade</p>
	<p>5.2. Benefícios à Sociedade</p>	
	<p>5.3. Manifestações</p>	

População Atingida: Principais Diretrizes (Belém, 16/outubro/2008)

para Sistematização de Questões

questão	ator	instituição	localidade
Qual a relação temporal do plano com o cronograma de obras, tendo em conta as mudanças nos valores da terra?	Cláudio	UFPA	Belém
Penso que o grande desafio que se coloca aqui é e o que se pede à ELN e ELB é que uma empresa privada que vá ganhar esse leilão, que participe de uma forma muito ativa no desenvolvimento da região; e não participe só com compensação, com o royalty, que participe no plano de desenvolvimento regional, no plano de desenvolvimento sustentável da Amazônia. É isso que todo mundo está pedindo. Esse é um desafio para pensarmos também, como pode ser a contribuição, para além dessa compensação que virá depois, obrigatória por lei, nessa participação.	Ana Paula	UFPA	Belém
O projeto de Belo Monte é realmente necessário para o desenvolvimento da Amazônia? Só a usina de Tucuruí, que produz a energia, numa escala de milhões de megawatt, não é suficiente para a região?	x	x	x
Diante de tantos questionamentos, quero saber se posso considerar a implementação do projeto do AHE Belo Monte, dentro do que chamamos de desenvolvimento sustentável?	Suani Lopes	x	x

<p>Quando se vê o número, vocês usam o conceito de grupo doméstico. O grupo doméstico, a família, vocês estão fazendo o cálculo de quanto? Qual é composição familiar? A média de quase quatro. Realmente está diminuindo o número de membros da família. Os dados censitários mostram isso.</p>	Edna Castro	UFPA	Belém
<p>É uma região com uma presença de atores sociais diversos, com projetos. O projeto de desenvolvimento da TRANSAMAZÔNICA foi debatido ao longo desses últimos vinte anos, de uma maneira bastante tensa. Então há um projeto de desenvolvimento para essa região, a partir da experiência de atores locais, de grupos diferentes, tendências diferentes e níveis sociais. Essa dinâmica política precisa ser incorporada, talvez de uma maneira mais clara nessa apresentação, porque ajuda a entender também a relação que se estabelece e quando se chega na área; quando se faz reuniões e que chama todos os atores para discutir é que se entende melhor essa realidade. Por isso deve ser trazida para a mesa de debate, deve ser trazida como um dado de uma relação mais cidadã com as experiências sociais construídas nessa região, ao longo desse tempo.</p>	Edna Castro	UFPA	Belém
<p>Eu gostaria de saber qual foi a comunidade que o indicou para estar fazendo esse trabalho, na medida em que sou a pesquisadora do grupo, eles me informaram que vocês estiveram lá, mas não me disseram nada, que eles teriam essa autonomia de indicar pesquisador para estar fazendo esse trabalho. Como você falou, não especificou que tipo de trabalho está sendo feito entre eles.</p>	Socorro Lacerda	UFPA	Belém

<p>Qual é a possibilidade do monitoramento? Vocês têm plano, projeto e programas, o orçamento para a compra, aquisição, mas não sabemos o depois, o efeito, tem uma licitação que vai ganhar é uma empresa. Qual o programa apresentado para monitorar, seja via IBAMA ou Ministério da Energia, que socorra. Sabemos da continuidade da política acredito de um plano de atendimento à população a ser atingida, deveria ter um programa de monitoramento. Isso não é apresentado.</p>	Cláudio	x	x
<p>Os três rios que ele apresentou aí, todos cortam a cidade, o Igarapé Ambé, o Igarapé Altamira e os Panelas. O cálculo que ele deu, 16% na zona rural, 19 na cidade, não bate. Se em cada imóvel tem de três a quatro famílias, não bate.</p>	x	educadora, militante dos movimentos sociais de Altamira	Altamira
<p>Quando ele fala de grupo doméstico, e um dos quatro apresentados, ele trabalha grupo doméstico com a família, eu fiquei me perguntando, o que vocês entenderiam por grupo doméstico e por família. (...) Grupo doméstico e família não são as mesmas coisas. (...) São coisas distintas, conceitualmente, e que daria números totalmente variados do que foi apresentado.</p>	Francilene Parente	UFPA (antropóloga, pesquisadora do programa de políticas afirmativas tradicionais indígenas)	Belém
<p>Em todo esse projeto que vocês apresentam, como é visualizada a questão do potencial de gerar ainda mais pobreza na região?</p>	Edna Castro	UFPA	Belém

<p>Outra situação: como vão ficar esses três igarapés, se eles têm as ações de olaria? E nenhuma vez vocês mencionaram como vão ficar essas ações, se vão ser alagadas essas três áreas. E todas elas são na parte dos ribeirinhos</p>	<p>x</p>	<p>educadora, militante dos movimentos sociais de Altamira</p>	<p>Altamira</p>
<p>Com relação á população indígena. Ouvi pouca referência. Essa região é a mais rica da Amazônia, não digo em população, digo em cultura, porque são várias línguas, várias histórias, quer dizer, povos. (...) Como é que os senhores vêem essa questão? Vocês podem dizer que não vai atingir os povos indígenas? Já estão atingidos. Como vocês pensam lidar com essa questão que está pouco clara?</p>	<p>Edna Castro</p>	<p>UFPA</p>	<p>Belém</p>
<p>É uma falha grave o fato de não estar explícito na apresentação a presença dos povos indígenas. Deveria estar bem claro isso. Mesmo porque tivemos recentemente eventos que ficaram conhecidos em nível nacional e internacional. E agora viemos para uma apresentação, parece que estão aí os números, mas não aparecem os povos indígenas. Acho que é uma falha.</p>	<p>Raimundo Waldomiro</p>	<p>UFPA (NAEA)</p>	<p>Belém</p>
<p>Como vocês projetam essa área, em termos de sistema de abastecimento, em termos dos serviços urbanos? Porque os senhores possuem vários planos, vários programas: de recuperação, de intervenção. Mas como visualizar? O que seria o pós-Belo Monte? Não só pensar na população atingida, mas pensar na revitalização dessas áreas, o que elas representam em si? É um exercício, que em geral, não se faz, mas é importante pra se levar em conta um balanceamento.</p>	<p>Edna Castro</p>	<p>UFPA</p>	<p>Belém</p>

<p>O que quer dizer aquisição de terras? Em vários programas que vocês apresentam, dizem “aquisição de terras”, depois tem o conceito de aquisição e indenização. (...) Aquisição de terra de quem? De terras devolutas? A maior parte dessas terras não são tituladas. Tem um problema fundiário, que não sei de quantas décadas o governo do Estado vai precisar pra resolver. Não é só dessa região, é de toda a Amazônia, de todo o Pará. Como será equacionada essa questão de compras de terras? Compra de terras no mercado de terras? A ELETROBRÁS pode fazer isso?</p>	Edna Castro	UFPA	Belém
<p>...mas aí há muitos assentamentos rurais, e eu não vi a referência aos assentamentos, porque assentamentos são numerosos e têm uma outra forma de intervenção no território diferente da pequena produção tradicional dessa região, da produção dos grupos indígenas. Isso não ficou muito claro, como também a questão urbana.</p>	Edna Castro	UFPA	Belém
<p>Todo plano precisa ser feita a avaliação, fiquei me perguntando: quanto tem para implementar esse plano? Porque não podemos avaliar, se não sabemos quanto vai ser investido? Quando vai ser colocado para comprar terra, para a aquisição de terras. Negociar. Pode-se negociar, e negociar por baixo. As pessoas saírem porque têm que sair da área, mas saírem satisfeitas ou como no caso de Tucuruí, há quase vinte anos, os acampamentos continuam. Vira e mexe volta o acampamento pra dentro de Tucuruí. Todo mundo sabe disso.</p>	Edna Castro	UFPA	Belém

<p>Pelo que entendi, parece-me que, havendo o processo licitatório, a empresa se encarrega de negociar com os habitantes da região? Vocês não acham que os habitantes vão estar bastante fragilizados, mesmo que haja uma organização local, para negociar com uma empresa privada? (...)Não seria uma responsabilidade do governo federal, estadual participar desse processo de negociação, para facilitar a situação dos moradores que serão atingidos?</p>	<p>Raimundo Waldomiro</p>	<p>UFPA (NAEA)</p>	<p>Belém</p>
<p>Como está a discussão, por exemplo, Altamira fica no centro das cidades construídas, de Anapu a Placas. A remoção dessas famílias vai ficar só na cidade de Altamira? Ou vai estar na discussão com os políticos da região? Como está? Não vi isso claro na discussão.</p>	<p>x</p>	<p>educadora, militante dos movimentos sociais de Altamira</p>	<p>Altamira</p>
<p>O que vai acontecer com esse povo, os ribeirinhos, com as pessoas que moram em torno dos igarapés, depois que eles forem remanejados? Já que eles têm as suas atividades econômicas, se eles vão ter algum recurso além do financeiro, mais algum recurso técnico, algo pra poder fazer com que eles caminhem com seus próprios pés. Já que quando você muda de um local, que está ali há vinte, trinta anos, vai para um novo local, e muito difícil recomeçar a vida. Porque muita gente pega o dinheiro, gasta com outras coisas, quer dizer, ele precisa ter uma vida melhor, ter mais condições. Quero saber se a ELN, ELB, o governo federal ou as empresas que vão participar desse empreendimento, se vai ter algum convênio com a prefeitura, não só de Altamira, de Brasil Novo, de Anapu, para que essas pessoas tenham o mínimo de condições em relação ao saneamento básico, à energia; todas essas condições, para que elas tenham uma melhor qualidade de vida?</p>	<p>Elvis</p>	<p>UFPA</p>	<p>Altamira</p>

<p>Quais são os instrumentos legais de formalização, que assegurem esses acordos anteriores feitos entre a ELB e a população, nesse momento de elaboração do plano e discussão do plano? Que instrumentos legais? Será que vai se necessitar recorrer ao Ministério Público ou não precisa recorrer porque esses direitos estão garantidos? Esses direitos são instrumentos que dizem sim ou não ao plano, como também o orçamento que perguntei quanto as empresas vão colocar neste plano, proporcionalmente ou percentualmente ao volume da obra?</p>	Edna Castro	UFPA	Belém
<p>Eu gostaria que vocês refletissem, que falassem alguma coisa pra nós é com relação à própria medição dos lotes, que o Mauricio apresentou, de trezentos metros quadrados, entendi como se fosse a residência constando com sessenta metros quadrados</p>	Francilene Parente	UFPA (antropóloga, pesquisadora do programa de políticas afirmativas tradicionais indígenas)	Belém
<p>Quando você fala que estão trabalhando com a história da participação, do envolvimento da população, tentando fazer sempre essa reconstrução do mundo que eles tinham anteriormente, sendo que isso não vai ser possível, mas tem-se a intenção de trazer as melhores condições possíveis, para, no momento em que você diz que o lote vai ser esse pra todo mundo. Não estou entendendo até aonde vai se ouvir e fazer ser ouvida essa voz, que eu estou me pondo a ouvir. ... no momento em que tu estipulas determinado metro para todas as famílias, tu estás dizendo que todo mundo tem as mesmas necessidades. Pelo que eu ouvi na palestra, que eu não tive a oportunidade de ler o projeto escrito; se tivesse, eu gostaria muito de tê-lo.</p>	Francilene Parente	UFPA (antropóloga, pesquisadora do programa de políticas afirmativas tradicionais indígenas)	Belém

<p>Fico me questionando como está esse diálogo? Ainda não chegaram diretamente em Altamira, porque o último, O Xingu Vivo Para Sempre, o Paulo Fernando não conseguiu nem falar, porque houve o conflito.</p>	<p>x</p>	<p>educadora, militante dos movimentos sociais de Altamira</p>	<p>Altamira</p>
<p>E aí fiquei me perguntando com o próprio discurso que vocês apresentaram. Quando falo vocês, eu me refiro ao discurso do Mauricio, mas falo vocês, porque ele utilizou o nós no discurso. Eu gostaria até de entender quem é o nós na história? Nós que estamos construindo, o EIA-RIMA; nós ELB, instituição envolvida na construção, quem é esse nós, que você tanto se referiu?</p>	<p>Francilene Parente</p>	<p>UFPA (antropóloga, pesquisadora do programa de políticas afirmativas tradicionais indígenas)</p>	<p>Belém</p>
<p>O terceiro questionamento não é para vocês, é para o professor que está representando Altamira. Quando o senhor foi falar, teve o cuidado logo de dizer que não está nem a favor, nem contra o projeto em si. Mas eu gostaria muito de entender, qual é a posição, se contra ou a favor, mas qual a posição da UFPA-Campus Altamira, que o senhor está representando neste espaço?</p>	<p>Francilene Parente</p>	<p>UFPA (antropóloga, pesquisadora do programa de políticas afirmativas tradicionais indígenas)</p>	<p>Belém</p>
<p>Vamos ter o EIA-RIMA disponível aqui na Universidade, ou em algum site ou em alguma coisa, porque eu pretendo trabalhar esse tema para a minha dissertação de mestrado. Quero saber se os senhores vão disponibilizar isso para o público ou não, se vai ficar só entre vocês.</p>	<p>Elvis</p>	<p>UFPA</p>	<p>Altamira</p>

Forum Técnico III - Plano de Atendimento à População Atingida: Principais Diretrizes (Belém, 16/outubro/2008)				
Categoria para Sistematização de Questões - Quantificação				
bloco	categorias	quantidade	%	% por bl. questões
1. O empreendimento em geral	1.1. Materialização do empreendimento	2	7	14
	1.2. Justificativa do empreendimento	2	7	
	1.3. Cronograma do empreendimento	0	0	
2. Aspectos técnicos do projeto	2.1. Cota do Reservatório	0	0	0
	2.2. Trecho da vazão reduzida	0	0	
	2.3. Outros	0	0	
3. Licenciamento ambiental	3.1. EIA-Rima e outros estudos	6	21,5	21,5
	3.2. Cronograma do Licenciamento	0	0	
4. Impactos do empreendimento na região	4.1. Ecossistemas terrestres	0	0	50
	4.2. Ecossistemas aquáticos	0	0	
	4.3. Aspectos socioeconômicos e culturais	14	50	
5. Relacionamento com a sociedade	5.1. Demanda por informações	4	14,5	14,5
	5.2. Benefícios à sociedade	0	0	
	5.3. Manifestações	0	0	
TOTAL		28	100	100

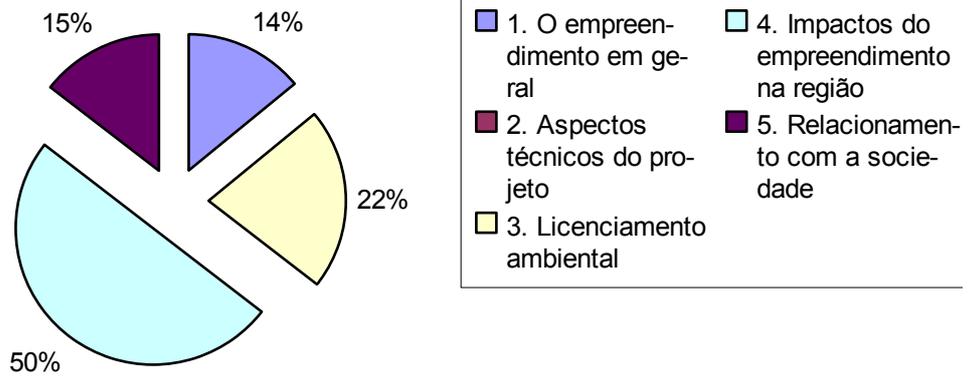


**Forum Técnico III - Plano de Atendimento à
População Atingida: Principais Diretrizes (Belém,
16/outubro/2008)**

	% por bl. questões
1. O empreendimento em geral	14
2. Aspectos técnicos do projeto	0
3. Licenciamento ambiental	21,5
4. Impactos do empreendimento na região	50
5. Relacionamento com a sociedade	14,5
TOTAL	100

Im Técnico III - Plano de Atendimento à População Atingida: Principais Dire
(Belém, 16/outubro/2008)

% por bl. questões



etri